

MP de Minas investiga rede de comércio ilícito de bens culturais

Segundo o promotor Marcos Paulo de Souza Miranda, BH é o ponto de recepção e transferência de peças sacras para Rio de Janeiro, São Paulo e outros estado

GW Gustavo Werneck/Estado de Minas
postado em 12/11/2014 10:24



No Ano do Barroco e a uma semana do bicentenário de morte de Antonio Francisco Lisboa, o Aleijadinho (1737-1814), o Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) apreendeu peças sacras que podem ser de igrejas coloniais mineiras, extensa documentação, mais de 500 fotografias de imagens, altares, casarões antigos semidestruídos, notas fiscais, recibos, livros de caixa e nomes de colecionadores de obras de arte de renome nacional ; e pilhas de madeira de demolição, num galpão do Bairro Santa Cruz, na Região Nordeste da capital. Estamos diante de uma rede de comércio ilícito de bens culturais, sendo Belo Horizonte o ponto de recepção e transferência para Rio de Janeiro, São Paulo e outros estados, afirmou nessa terça-feira (11/11) o promotor Marcos Paulo de Souza Miranda, titular da Coordenadoria das Promotorias de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico de Minas Gerais (CPPC), que comandou a Operação Barroco Mineiro.

As primeiras investigações, baseadas principalmente nos livros de caixa, mostram que o esquema atuava em BH havia cerca de quatro décadas e, mesmo com a política estadual para combate a esse tipo de criminalidade e campanhas de resgate de peças sacras, continuava em ação. É um ato de ousadia, afirmou o promotor, que acompanhou a vistoria e transferência judicial do material apreendido para a sede do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), no Bairro Floresta, na Região Leste. As oito peças encontradas são bens integrados de igreja: balaústre, sino datado de 1860 fabricado na Inglaterra, forro de capela, armário de sacristia, púlpito (local onde os padres fazem as pregações) e elementos de altares. São peças de qualidade, eruditas, dos séculos 18 e 19, acrescentou o promotor.

A operação começou a ser planejada há um ano e, nessa terça-feira, foi cumprido mandado de busca e apreensão no galpão de 600 metros quadrados de área construída. Tivemos que refinar os dados durante muito tempo antes de agir. O galpão é no Bairro Santa Cruz, mas a base do grupo é no Bairro Gutierrez (Região Noroeste), disse o promotor em entrevista, à tarde, na sede da Procuradoria de

Justiça, ao lado da superintendente do Iphan, Michele Arroyo, e do gerente de Identificação do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (Iepha-MG), Raphael João Hallack.

O galpão é de propriedade de um casal ; há informações de que a mulher trabalha com restauração ; e dedicado à realização de festas. Dessa forma, as madeiras de fazendas e casarões de demolição seriam usadas como cenários dos eventos. Os nomes não foram divulgados e não houve prisões. Eles ficaram em silêncio, disse Marcos Paulo, lembrando que ainda não se pode falar em quadilha para caracterizar os pessoas envolvidos. Além de Rio de Janeiro e São Paulo, a investigação mostra ligações também com Pernambuco e Bahia.

Nessa terça-feira, um grupo de 30 pessoas integrou a operação, incluindo profissionais dos centros de Apoio Operacional de Combate ao Crime Organizado (Caocrimo) e de Combate aos Crimes contra a Ordem Econômica e Tributária (Caoet), órgãos do MPMG, da Polícia Militar, auditores da Receita Estadual/Secretaria de Estado da Fazenda e do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG).

Álbuns Segundo Marcos Paulo, a diferença dessa operação para outras referentes a peças sacras está na quantidade de documentos e de fotos em preto e branco e coloridas. A equipe do MP, Iphan e Iepha descobriu nos álbuns três fotografias de imagens atribuídas a Aleijadinho ; São Francisco de Paula, São João Batista e Nossa Senhora do Rosário, estando essa em poder de um colecionador de São Paulo já identificado e uma (São Pedro), também em poder de colecionador paulista, de autoria do português Francisco Xavier de Brito, que trabalhou na Capitania de Minas. As fotografias tinham no verso, escrito a caneta, o nome de Aleijadinho. Os documentos tinham ainda palavras para mostrar o andamento dos negócios, como vendido, resolvido, vendido para, e outras, explicou o promotor. O MPMG investiga a existência de outros galpões na cidade.